

CLIPPING IMPRESSO

03/08/2021

INDICE

1. DESEMBARGADOR	
1.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	1
2. INSTITUCIONAL	
2.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	2
2.2. JORNAL O PROGRESSO.....	3 - 4
2.3. JORNAL PEQUENO.....	5



**PERGENTINO
HOLANDA**

ph@mirante.com.br
@holandaph



O CORREGEDOR-GERAL da Justiça, desembargador Paulo Velten, atual Presidente do Colégio de Corregedores Gerais dos Tribunais do Brasil, recebeu, na última sexta-feira, a visita de um velho amigo: o capitão de Mar e Guerra Márcio Dutra, que esteve revendo os muitos amigos que fez em São Luís. Hoje, Paulo Velten será o palestrante da 15ª Sessão Extraordinária do IAB - Instituto dos Advogados Brasileiros, ocasião em que serão empossados os maranhenses Bruno Anderson Lima Costa, Hugo Assis Passos, Julio Vinicius Guerra Nagem (in memoriam), Marcus Vinicius Bacellar Romano e Tayssa Simone de Paiva Mohana Pinheiro. A solenidade será transmitida, ao vivo, a partir das 18h, no canal YouTube/TVIAB. Vale destacar que Daniel Blume e Thiago Brhanner também são membros do IAB

CONSCIENTIZAÇÃO

Reflexão sobre a primeira infância em pauta



PRIMEIRA INFÂNCIA TERÁ ATIVIDADES PRESENTES NO ESTADO

Iniciou nesta segunda-feira (2) a programação em alusão ao Mês da Primeira Infância. No Maranhão, a ação está sendo coordenada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (Sedes), por meio da Secretaria Adjunta de Assistência Social, e pelo Comitê Estadual Intersetorial do Programa Criança Feliz.

A solenidade de abertura foi realizada através do canal do YouTube da Sedes e contou com a presença dos principais atores responsáveis pela promoção da segurança das crianças na primeira infância, entre eles, representantes das Secretarias de Estado de Saúde (SES), da Educação (Seduc) e de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop).

O secretário da Sedes, Márcio Honaiser, reforça que as atividades presentes na programação estadual têm por finalidade promover e disseminar uma agenda estadual integrada de diálogos e debates sobre a temática da Primeira Infância, envolvendo diversos atores, incluindo os órgãos do Poder Executivo Estadual e Municipal, Legislativo, Judiciário e entidades representativas de defesa da criança e adolescente. “Estamos iniciando uma programação que vai até o final deste mês, com o propósito de promover debates e diálogos voltados para ações conjuntas com diversos atores sociais na perspectiva de promover a proteção integral na primeira infância. O Maranhão tem avançado nesta perspectiva e a cada ano o Comitê Estadual tem avançado mais em ações integradas”, disse Márcio Honaiser.

Criança Feliz

O Programa Criança Feliz visa o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a primeira infância e é destinado a gestantes, crianças de até três anos beneficiárias do Bolsa Família, crianças de até seis anos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as afastadas do convívio familiar por medida protetiva.

Ciclo de palestras sobre drogas acontece em Imperatriz

Projeto da Asfujema em parceria com a ACII acontece dia 16 de agosto, no Palácio do Comércio. Objetivo é conscientizar jovens sobre as consequências do uso indevido de drogas Lícitas e Ilícitas

Projeto da Asfujema em parceria com a ACII acontece dia 16 de agosto, no Palácio do Comércio. Objetivo é conscientizar jovens sobre as consequências do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas.

De acordo com o Relatório

Mundial sobre Drogas 2021, cerca de 275 milhões de pessoas usaram drogas no mundo no último ano. Esse número é maior que toda a população brasileira em 2019 (IBGE).

Pensando nisso, a Associação dos Funcionários da Justiça do Estado do Mara-

nhão - Asfujema, em parceria com todo Sistema Judiciário (TJMA, MPMA, DPEMA, SSP-MA, Polícias Militar, Civil, Federal e Rodoviária Federal, assim como entidades classistas (ADEPOL, AMPEM, AMMA, FAMEM, REMADD), com o apoio da Associação Comercial e In-

dustrial de Imperatriz - ACII, realizam o ciclo de palestras "SEMEANDO VIDAS: DA INFÂNCIA PARA A VIDA TODA, PORQUE DROGA MATA!".

As palestras serão realizadas no auditório do Centro de Convenções no dia 16 de agosto, das 8h às 12h e de 14h às 18h. Contará com a participação dos idealizadores do projeto, autoridades locais, empresários e estudantes.

O objetivo principal do programa é a realização de palestras em todo o Estado do Maranhão, ministradas em caráter de colaboração voluntária, por autoridades públicas, institui-

ções e profissionais com trabalhos afins com o tema acerca das drogas e da drogadição, realizando um trabalho de conscientização, revelando os danos causados pelo uso de drogas para o público jovem.

Uma das maiores autoridades do assunto no Brasil, o juiz aposentado e ex-secretário nacional antidrogas, Wálter Fangiello Maierovitch, diz que a única coisa certa sobre as drogas é a necessidade de haver informação, e que a mesma precisa ser de qualidade, e estar desvinculada da moral, do poder econômico e das forças políticas.

DESIGUALDADES E DIFICULDADES

Maioria da advocacia acredita que a Justiça beneficia quem tem maiores rendas

Nove em cada dez advogados do país (90%) acreditam que a Justiça trata melhor aqueles de classes sociais mais altas e com maiores rendas, enquanto apenas 7% entendem que não há distinções. Essa foi a conclusão alcançada por uma pesquisa do Datafolha, divulgada pela Folha de S. Paulo na última semana. Entre os profissionais negros entrevistados, essa porcentagem sobe para 94%. Para 93% dos ouvidos da região Nordeste a Justiça trata melhor os ricos. Já na região Sul, a porcentagem ficou abaixo da média: apenas 83% dos profissionais da região disseram ocorrer discriminação por parte do Judiciário.

O Datafolha também avaliou a opinião de advogados e advogadas quanto aos principais textos legais do país. O Código Penal foi o mais mal avaliado. 32% consideram essa lei como ruim ou péssima no tocante à garantia dos direitos individuais do cidadão. Para 35% da advocacia, o código é regular; 21% dizem que o texto legal é ótimo ou bom; e 12% não opinaram nesse quesito.

Por outro lado, o Código Civil teve a avaliação mais positiva, com 78% dos entrevistados afirmando que a lei é ótima ou boa. A taxa de regular foi de 19%, e a de ruim ou péssimo de 3%.

A Consolidação da Lei do Trabalho, foi avaliada como ótima ou boa por 40% da classe, enquanto 39% consideram regular e 14% como ruim ou péssima, segundo a pesquisa.

Por fim, a Constituição recebeu alto índice de aprovação, com 73% de ótimo ou bom. Um em cada cinco profissionais (21%) avalia a Constituição como regular, e 5% como ruim ou péssima.

DIFICULDADE PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

A pesquisa ainda revelou quais são as dificuldades que mais afetam os advogados e advogadas. Um terço dos profissionais (32%) indicaram a morosidade da Justiça como maior entrave. Em segundo lugar apareceram

as limitações provocadas pela pandemia, com 16% das respostas. Em sequência, 12% dos entrevistados apontaram as dificuldades do mercado de trabalho como obstáculo. Em empate numérico no levantamento, estão os seguintes empecilhos: a forma de tratamento recebida por membros do Judiciário (8%), a dificuldade de acesso aos processos (8%) e problemas com a OAB e a própria categoria (8%).

A lentidão da Justiça apareceu nas respostas de 52% dos profissionais da região Nordeste e as dificuldades causadas pela pandemia em 28%, na mesma região. As mulheres apontaram as dificuldades do mercado de trabalho mais vezes que os de homens (15% das respostas contra 9%, respectivamente).

Entre as pessoas negras, 11% afirmaram sofrer com o tratamento de membros do Judiciário, número superior à média. Já entre pessoas brancas, o índice cai para 6%.

GARANTIA DE DIREITOS

O Datafolha também buscou avaliações da advocacia sobre o papel do Judiciário como garantidor dos direitos individuais e do bem-estar da sociedade. Para metade da classe (51%), é regular o desempenho da Justiça brasileira nessa função. Para 33% é ruim ou péssimo, e 15% avaliam como ótima ou boa a atuação do Judiciário.

A taxa de insatisfação entre os advogados autônomos (37% de respostas ruim ou péssimo) corresponde quase ao dobro do índice entre os que trabalham em escritórios de advocacia, que é de 19%.

A pesquisa do Datafolha foi feita por telefone, entre 26 de fevereiro e 8 de março, e contou com a participação de 303 advogados, das cinco regiões do país.

Os resultados foram ponderados por sexo, idade e região, conforme o quadro da advocacia da OAB Nacional. Do total da amostra, 62% dos entrevistados se autodeclararam brancos, 37% negros e 2% amarelos. (DO SITE CONSULTOR JURÍDICO)